

## A dimensão econômica solidária na Política Nacional Cultura Viva

Carolina Freitas<sup>1</sup>

Juliana Caetano da Cunha<sup>2</sup>

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v14i26.62767>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar um debate sobre a economia da cultura a partir da dimensão econômica solidária de experiências culturais comunitárias do estado de Santa Catarina, com ênfase em suas características organizacionais e considerando a problemática do desenvolvimento e das contradições da cultura como política de desenvolvimento e da cultura como *commodity*. Igualmente, busca identificar elementos que compõem a construção da Política Nacional Cultura Viva fundamentando-se nos princípios da economia solidária, na perspectiva comunitária, na produção e articulação em rede como estratégia emancipatória para a cultura. Nesse contexto, a Política Nacional Cultura Viva busca uma alternativa para os trabalhadores da cultura, e a economia solidária se apresenta como uma possibilidade de geração de trabalho e renda que combina autogestão, cooperação e solidariedade.

**Palavras-Chave:** Economia da cultura; economia solidária; Programa Cultura Viva; desenvolvimento.

### La dimensión económica solidaria en Política Nacional Cultura Viva

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo presentar un debate sobre la economía de la cultura a partir de la dimensión económica solidaria de las experiencias culturales comunitarias en el estado de Santa Catarina, con énfasis en sus características organizativas y considerando las cuestiones del desarrollo y las contradicciones de la cultura como política de desarrollo y la cultura como mercancía. Asimismo, busca identificar elementos que conforman la construcción de la Política Nacional de Cultura Viva basada en los principios de la economía solidaria, la perspectiva comunitaria y la producción y articulación en red como estrategia emancipadora de la cultura. En este contexto, la Política Nacional de Cultura Viva busca una alternativa para los trabajadores culturales, y la economía solidaria se presenta como una posibilidad de generación de trabajo e ingresos que combina la autogestión, la cooperación y la solidaridad.

**Palabras clave:** Economía cultural; economía solidaria; Programa Cultura Viva; desarrollo.

---

<sup>1</sup>Carolina Gonçalves de Freitas. Chefe de Divisão da Articulação da Cultura Viva da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau - FURB/Brasil. E-mail: [carola.freitas19@gmail.com](mailto:carola.freitas19@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0001-7888-3518>

<sup>2</sup>Juliana Caetano da Cunha. Coordenadora de Planejamento da Cultura Viva da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural no Ministério da Cultura. Doutora em Letras (Estudos de Literatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS/Brasil. E-mail: [julianacae@gmail.com](mailto:julianacae@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0001-9377-1979>

## The solidarity economic dimension in National Policy Living Culture

**Abstract:** This article aims to present a debate on the economy of culture based on the solidarity economic dimension of community cultural experiences in the state of Santa Catarina, with an emphasis on its organizational characteristics and considering the issues of development and contradictions of culture as a policy of development and culture as a commodity. Likewise, it seeks to identify elements that make up the construction of the National Policy Living Culture based on the principles of solidarity economy, a community perspective, and network production and articulation as an emancipatory strategy for culture. In this context, the National Policy Living Culture seeks an alternative for cultural workers, and the solidarity economy presents itself as a possibility for generating work and income that combines self-management, cooperation and solidarity.

**Keywords:** Cultural economy; solidarity economy; Living Culture Program; development.

## A dimensão econômica solidária na Política Nacional Cultura Viva

### 1 Introdução

Este texto objetiva contribuir com o debate em torno da política nacional de cultura, com ênfase na articulação com a temática da economia da cultura e do desenvolvimento, dando continuidade à análise anteriormente realizada sobre a dimensão econômica na política nacional de cultura e sua aproximação com a economia solidária (cf. FREITAS; SCHIOCHET, 2021).

A cultura se apresenta como centralidade enquanto *commodity*, na condição de produto a ser comercializado e, nesta condição, a economia da cultura foi identificada como indústria criativa ou economia criativa. No entanto, na busca por

políticas culturais democráticas e populares para o Brasil, a partir de um entendimento da cultura como dimensão simbólica, cidadã e econômica, o Brasil “inaugurou” uma nova concepção da relação entre cultura e economia. Esta aproximação da cultura com o desenvolvimento social e sustentável e da economia solidária presente no Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010) e na Política Nacional Cultura Viva (BRASIL, 2014), é possível identificar elementos para a análise de experiências culturais concretas, a exemplo das experiências solidárias culturais em Santa Catarina. Para contextualizar a análise, destacamos as contradições existentes na

construção das concepções que fundamentam a política pública cultural.

A história recente mostra um conceito mais consolidado a partir de 1988, “Década Mundial de Desenvolvimento Cultural”. A UNESCO, em 1998, reconheceu a necessidade de entender a cultura de forma abrangente, ampliando o conceito de cultura, fazendo referência à proteção e promoção da diversidade cultural e distanciando-se da concepção industrial de cultura. A cultura passa a fazer parte da integração das políticas para o desenvolvimento sustentável e a transversalizar as demais políticas públicas.

É nesta contextualização que as expressões indústria criativa e economia criativa surgem. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) publica o primeiro relatório internacional da economia criativa – *Creative Economy Report* (2008), relacionando economia, cultura e criatividade; no campo desta discussão, estão as indústrias criativas. A UNCTAD tem a preocupação de diferenciar as atividades reconhecidas como

tradicionais das relacionadas à criatividade, mas identificadas à lógica mercantil. A maior centralidade da agenda da cultura nas políticas governamentais vem acompanhada desta concepção que envolve a contribuição econômica e industrial da cultura para o desenvolvimento nacional na perspectiva do mercado.

Isto orientou, por exemplo, o debate em torno da propriedade intelectual, no qual a proteção aos direitos do autor está relacionada aos interesses das grandes corporações, da indústria fonográfica, de software e da indústria audiovisual. Assim, o modelo de desenvolvimento neoliberal se apropria da criatividade como matéria-prima para a criação e a expansão de mercados culturais.

Em contraposição a esta concepção, o diálogo e a interlocução com a sociedade civil na construção das políticas públicas, ocorrido nas gestões dos Ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira, a partir de 2003, ao valorizar e reconhecer as culturas populares numa perspectiva não economicista, ampliou as potencialidades de relacionar a política cultural e o desenvolvimento, abandonando uma visão elitista e

discriminadora de cultura. Este olhar está demarcado nas reiteradas manifestações destes ministros de que o público prioritário da atuação do Ministério é a sociedade brasileira e os criadores culturais, e não somente os interesses econômicos que permeiam a cultura. Esta foi a inspiração para a construção de uma política cultural que se propôs a construir, no campo cultural brasileiro, o reconhecimento da diversidade cultural (RUBIM, 2010, p. 15).

É neste contexto que a relação que envolve a economia solidária nas políticas culturais ganha sentido. A economia solidária se propõe como estratégia emancipatória para a cultura popular, para o protagonismo de grupos historicamente excluídos, a exemplo dos povos quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais que podem fortalecer seus modos de vida por meio da organização em redes de cooperação no fortalecimento das atividades de produção e comercialização dos bens culturais.

## **2 Estratégias de organização em redes de cooperação da produção cultural**

Em 2004, o Ministério da Cultura criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva (MINC, 2004), com o objetivo de promover o acesso aos meios de produção, difusão e fruição cultural e potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade. Este programa ficou sob a coordenação da Secretaria de Programas e Projetos Culturais, à época sob a gestão do ex-Secretário Célio Turino, idealizador do Programa. O próprio Turino afirma que o objetivo do Programa é o de “desesconder o Brasil, firmar pactos e parcerias com os de baixo”. O Programa nasceu para incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvem comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária. Como ação prioritária do Programa Cultura Viva, nasceram os Pontos de Cultura, a base do Programa Cultura Viva – entidades sem fins lucrativos, de caráter cultural

e social, já existentes em seus territórios. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço para as pessoas, mas uma forma de organização das pessoas, um organizador da cultura local, que atua como um ponto de recepção e irradiação de cultura. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos, “quanto mais articulações em redes houver, mais sustentável será o processo de empoderamento social, a potência do programa se realiza plenamente quando articulado em rede” (TURINO, 2009). O Programa buscou confrontar com a fragmentação da vida contemporânea e individualização em que vivemos por meio do conceito de articulação em rede.

Em abril de 2006, foi realizada a primeira “Teia de Cultura, Educação, Cidadania e Economia Solidária: Venha ver e ser Visto”. Segundo Turino, o primeiro momento em que os

pontos de cultura puderam se ver como movimento; foi uma decisão simbólica com intenção de ocupar um espaço nunca antes ocupado pela cultura periférica brasileira. A Teia foi realizada no prédio da Bienal da cidade de São Paulo. A intenção era começar pelo centro econômico e financeiro do País. O objetivo foi desconstruir o acesso do povo brasileiro pela “porta dos fundos” na história do Brasil (cf. TURINO, 2009, p. 106). Realizada no Pavilhão da Bienal, como eixo conceitual, apresentou o tema Economia Solidária, uma parceria entre Ministério da Cultura e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), onde esteve a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Nessa primeira Teia, integrada a esse movimento cultural, foi realizada a I Feira Nacional de Economia Solidária. O encontro seguiu com o tema “Cultura, economia solidária e estratégias de desenvolvimento sustentável”. Estiveram presentes representantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária. A conversa envolveu pontos de cultura que se

organizam de modo solidário e experiências de organização dos integrantes da economia solidária como possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento, pensando a produção de bens e serviços culturais e a convergência com a economia solidária.

O Programa Cultura Viva, lançado em 2004, veio se consolidando com os conceitos mais definidos e fortalecidos na medida em que ações concretas foram realizadas. Entretanto, a dimensão econômica da cultura no Programa Cultura Viva foi construída a partir dos princípios da economia solidária: “a dimensão econômica da cultura foi concebida de acordo com a perspectiva e o conceito de economia solidária” (VILUTIS, 2015, p. 100), pois buscou promover a produção “comunitária, popular e solidária”. No ano de 2010, aconteceu o primeiro Edital Economia Viva (MINC, 2010), contemplando a transversalidade à qual se propôs. O edital buscou fomentar iniciativas de economia solidária e comunitárias que tinham como base ações culturais, “gestão democrática, o comércio justo, a preservação do meio ambiente e o

uso de tecnologias livres” (VILUTIS, 2015, p. 100).

Para a Secretaria Nacional de Economia Solidária, havia fortes motivos para a aproximação entre a economia solidária e a dimensão econômica cultural, como o fato de reconhecerem empreendimentos econômicos que fazem parte da produção de bens e serviços culturais e que demandam apoio para a melhoria da organização econômica, mas também por reconhecerem os esforços de políticas públicas nas organizações que utilizam práticas, princípios e valores da economia solidária. Essa ideia vai ao encontro da compreensão de que os desafios da economia solidária enquanto proposição de um novo modelo de desenvolvimento implicam em mudanças profundas em várias dimensões da vida social, em especial, na dimensão cultural, projeta o desenvolvimento de políticas estruturantes e emancipatórias para um setor importante dos empreendimentos culturais organizados com base na solidariedade, na cooperação, na autogestão (MTE, 2010, p. 8).

A SENAES se propôs a articular políticas públicas para promover condições propícias à produção e comercialização de bens e serviços culturais para superar a exclusão causada pelos mecanismos da indústria cultural. As feiras, festivais independentes, linhas de crédito, apoio à formação de redes de empreendimentos, estrutura de cadeias solidárias de setores produtivos culturais constam como exemplo de ações elencadas como esforços para promover a “economia da cultura da solidariedade e da cooperação” (MTE, 2010, p. 9).

A Conferência Nacional da Economia Solidária da Cultura foi mais um passo significativo na elaboração, pelos sujeitos sociais envolvidos, de propostas e estratégias de desenvolvimento que acumulam na elaboração de novos paradigmas, novas oportunidades para a construção de um país sem miséria, com vida digna e liberdade criadora para seus cidadãos e cidadãs, dimensões nada desprezíveis para a emancipação e realização humana (MTE, 2010, p. 20).

Da Conferência, é lançada a “Carta de Osasco” com orientações

para: Políticas Públicas de fomento à Economia Solidária da Cultura; Propriedade Intelectual e os Direitos Autorais; Cultura Digital e Comunicação; Organização do Trabalhador da Arte e Incubação de Empreendimentos de Cultura; Finanças Solidárias, Redes e Comercialização; Coletivos e Redes e Etnodesenvolvimento.

Entre as propostas das contribuições para a Conferência que valem destacar está a consolidação da Ação Economia Viva do Programa Cultura Viva, que considera os Pontos de Cultura como empreendimentos econômicos solidários e enquanto política estratégica de articulação da produção cultural colaborativa em rede, do Grupo de Trabalho (GT) do Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum de Ponto de Cultura de Economia da Cultura.

Nesse contexto, foi lançado o Edital Prêmio Economia Viva pelo Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 08 de março de 2010, com objetivo de premiar iniciativas que desenvolvam soluções criativas de produção, escoamento em rede e articulação dos elos de sistemas

produtivos nos diversos segmentos culturais. O prêmio contemplou ações práticas e modelos de negócios que promovessem articulação em rede, desenvolvimento sustentável e comércio justo. Foram premiadas 12 iniciativas com prêmios de 100 (cem) mil reais. A ação teve por finalidade apoiar e possibilitar a articulação de pontos rizomáticos nos mais variados sistemas produtivos da cultura e nas mais diversas manifestações e expressões de linguagens artísticas. O caráter social aplicado à economia e a opção pela economia colaborativa e sustentável.

A proposta foi criar um sistema alternativo ao da indústria cultural, propiciando a diversidade e não a homogeneidade da cultura. Cultura como vetor de geração de renda, mas com autonomia de grupos e indivíduos, consolidando uma perspectiva de autonomia financeira, fortalecimento de processos coletivos culturais e a economia em rede. Com valor de R\$100 mil para cada prêmio, foi lançado o edital de premiação das experiências bem sucedidas na geração de renda com as atividades culturais, cujo foco não são as grandes empresas, nem as indústrias culturais.

O público beneficiário foi a base produtora da cultura no país, evitando a centralização e consolidação dos grandes centros.

O MinC e o MTE, com intenção de fomentar a comercialização, solicitaram que fosse apresentado um plano de negócios, no intuito de analisar a capacidade de comercialização dos produtos e serviços dos pontos de cultura. Um projeto que tentou reunir redes de comercialização e produção, e promover a autonomia dos grupos culturais tão presente nos objetivos do Cultura Viva, como bem aponta Vilutis (2015, p. 208), fomentando o caráter social da economia como fundamento da proposta do Prêmio Economia Viva.

As organizações selecionadas foram avaliadas segundo critérios como comercialização de produtos ou serviços, economia solidária, economia colaborativa e em rede, sustentabilidade financeira, criatividade na solução de problemas do sistema produtivo e grau de benefícios para a cadeia produtiva. O edital (MINC, 2010) selecionou projetos reconhecendo povos tradicionais, indígenas, quilombolas, ciganos, povos de terreiro, irmandades



de negros, agricultores tradicionais, pescadores artesanais, sertanejos, entre outros. São organizações de base comunitária com diversidade de atividades econômicas e características de atuação em rede, com projetos voltados para diferentes setores, entre as atividades estão artesanato, bordado, comunicação, confecção, crédito, música, padaria comunitária, tecelagem, turismo de base comunitária.

Entre os selecionados, está o Projeto da Agência Popular de Fomento à Cultura Solano Trindade, da Associação União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências. O objetivo do projeto foi fomentar a linha de crédito oferecida pelo Banco Comunitário União Sampaio para produtores culturais, promovendo a articulação de grupos e coletivos da periferia em Campo Limpo/SP. A Agência Solano Trindade foi projetada como uma estratégia de ação em rede para incentivar a articulação de um sistema produtivo cultural solidário no Campo Limpo e região. A expectativa também era organizar e dinamizar o funcionamento da linha de crédito voltada à cultura existente no Banco, contribuindo com

o fomento da produção cultural, a geração de renda e a organização de artistas, grupos e coletivos em rede, com três frentes de atuação: fomento, produção e comercialização. A frente de fomento a empreendimentos culturais previu uma atuação conjunta com a linha de crédito cultural do Banco União Sampaio, a proposta era criar a carteira de crédito e fortalecer as ações do Banco com foco no desenvolvimento da economia da cultura local (VILUTIS, 2015, p. 288). O Banco Comunitário União Sampaio oferece microcrédito a moradores e empreendedores, o dinheiro pode ser retirado em Reais ou na moeda social "Sampaio".

Com a criação da Agência Solano Trindade para fomentar a cultura local, começou a funcionar um espaço alugado, uma sede com espaço aberto para usar computador, consultar um advogado ou mesmo disponibilizar produtos na loja colaborativa. A diferença, para os responsáveis, está na forma que o banco se relaciona com as pessoas da comunidade, o empréstimo é avaliado por lideranças comunitárias, por meio da confiança, e contribui para o desenvolvimento local. Além de

diferentes atividades, a Agência promove o Festival Percurso, realizado na Praça do Campo Limpo, com músicos reconhecidos, feira de economia solidária, onde se vende comida, artesanato, e oferta outros produtos, atraindo a cidade para a periferia. Para a pesquisadora Vilutis, o edital Economia Viva promoveu a ressignificação de valores, produção de saberes locais, convivência e troca entre os diferentes, que representaram avanços significativos para a articulação em rede e a territorialização das ações culturais, assim, podemos identificar nas iniciativas o sentimento de pertencimento comunitário e de valorização da identidade cultural local. A inserção social e a integração produtiva aliadas à promoção da identidade e da diversidade cultural contribuem para o desenvolvimento local e comunitário, como revelam algumas experiências reconhecidas pelo Economia Viva (VILUTIS, 2015, p. 258).

Podemos constatar que a Política Nacional Cultura Viva busca uma alternativa para os trabalhadores da cultura, com isso, a economia solidária se apresenta como uma

alternativa de geração de trabalho e renda que combina autogestão, cooperação e solidariedade que se enquadram nas propostas do setor cultural.

Veremos a seguir uma proposta de repensar a dimensão econômica com o objetivo de compreender os princípios da economia solidária e os motivos da aproximação entre a economia solidária e o setor cultural.

### **3 Economia da Cultura e Economia Solidária**

No plano internacional, ganhou destaque a constatação da importância da cultura enquanto mercado global de bens e serviços simbólico-culturais. Segundo as estimativas do Banco Mundial, o setor contribui com 7% do produto interno bruto (PIB) mundial, tendo alta representatividade dos países, entre os quais se destacam os Estados Unidos e a Inglaterra, mas também países em desenvolvimento, como o Brasil, contando com a sua produção televisiva (MIGUEZ, 2009, p. 60).

A partir dos anos 2000, observamos um contexto de aproximação alternativa entre cultura e economia, com a inclusão de

mediações que evidenciaram a temática do desenvolvimento (sustentável, local, inclusivo) e, de maneira mais específica, a articulação entre economia da cultura e economia solidária. Considerando os objetivos de orientação conceitual para a observação e análise de experiências culturais comunitárias, vamos neste capítulo abordar os temas da economia da cultura e sua relação com a problemática do desenvolvimento e da economia solidária, com ênfase em suas características organizacionais e abordagem fundamentada na reflexão de Karl Polanyi sobre a economia, que tem sido utilizada em especial por José Luiz Coraggio e Genauto França Filho para analisar as especificidades do fenômeno da economia social e solidária.

Importante trazer algumas reflexões e autores que fazem da cultura um debate central, como setor relevante para o desenvolvimento econômico e social. Mas de que desenvolvimento estamos falando? É mister o próprio cenário de transformações do conceito de desenvolvimento ao integrar a cultura ao processo histórico de

reconhecimento do campo cultural como fator relevante do processo de bem-estar humano. Para tanto, consideramos pertinentes as reflexões do economista Ladislau Dowbor com o tema Economia Solidária da Cultura no encontro "Economia Solidária da Cultura e Cidadania Cultural", em 2016, organizado pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Durante o encontro, o autor destacou que estamos vivendo outra faceta da economia, a do acesso aberto, do fluxo mais livre de informação. Levamos a pensar no sistema que enfrentamos, na lógica do bem comum em detrimento da lógica do poder e do sucesso individual. Além da questão ambiental, o autor destaca a questão da desigualdade, de como destinar os recursos existentes para viabilizar uma sociedade mais solidária, possuímos um modo de vida onde o patrimônio individual tem mais importância do que usufruirmos de saúde, educação e lazer de forma universalizada. Que tipo de desenvolvimento poderia fazer frente a este desafio de Dowbor?

De Dowbor, é importante destacar três conceitos: desenvolvimento local, economia da sustentabilidade e democracia

econômica. Ao abordar o conceito de desenvolvimento local, o autor traz a cidade como espaço de processos articulados e integrados, reconhecendo uma unidade básica de organização política, econômica, social e cultural. A partir desta base, estão todas as condições de pensar o desenvolvimento local, aproximando o cidadão do espaço de participação das decisões; uma democracia inclusiva, na qual os poderes para administrar os problemas seriam gerenciados localmente, possibilitando a participação comunitária por meio do seu envolvimento direto nos assuntos da gestão racional dos recursos localmente disponíveis. A qualidade de vida da comunidade representa, em última instância, o resultado que se quer do desenvolvimento. Para ele, os mecanismos participativos complementam e constituem uma condição importante de eficiência num modelo de gestão, caracterizando outra forma de gestão social. Sobre a teoria econômica da sustentabilidade e democracia econômica, Dowbor faz uma comparação com as práticas da teoria econômica dominante. A teoria econômica da sustentabilidade se interessa em propor novos rumos para

a teoria econômica dominante e incentiva a reorientação necessária, uma visão sistêmica de longo prazo. Enquanto a economia neoliberal insiste em mostrar a produção (PIB) sem mostrar a descapitalização do planeta, escondendo a exclusão social causada por ela e a desarticulação entre os recursos e o social, a teoria da sustentabilidade insere o meio ambiente como proposta para devolver à ciência econômica os seus rumos. Na visão do autor, é a democracia participativa que vai garantir a inclusão de diversos interesses, e é preciso incentivar os espaços locais, os saberes locais, os conhecimentos e habilidades, preservando a cultura e as tecnologias populares, reforçando a democracia pela base (DOWBOR, 2016, p. 78).

Outra abordagem crítica sobre o desenvolvimento capitalista é apresentada por Paul Singer ao introduzir o conceito de desenvolvimento solidário para analisar o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção para promover um desenvolvimento sustentável. Para Singer (2004, p.07), o desenvolvimento capitalista tem sua predominância com base nas forças

produtivas via disputa de mercado e melhores condições tecnológicas visando ao lucro. Nas palavras dele, o desenvolvimento solidário é o desenvolvimento que tem por base a economia solidária; o desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas, ou por cooperativas de trabalhadores, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua.

#### **4 Economia solidária – Dimensão Autogestionária e Coletiva das Organizações Econômicas**

Segundo Singer (2002), a economia solidária surge como uma experiência de trabalhadores em contraposição aos efeitos da Revolução Industrial. Práticas como a exploração nas fábricas, jornada de trabalho exaustiva e exploração de crianças no ambiente de trabalho representam o início do século XIX, tendo como consequência um alto índice de mortalidade. Na contramão, como formas de resistência à dinâmica excludente do capitalismo, surgem iniciativas de luta e cooperativismo dos operários, que têm Robert Owen como um de seus principais precursores do

movimento. Entre várias iniciativas, propuseram leis de proteção aos trabalhadores, limite da jornada de trabalho e proibição à exploração infantil (SINGER, 2002, p. 24).

O desenvolvimento solidário tem um caráter de classe, pois tem sua origem no movimento operário, responsável pelo surgimento de tipos diferenciados de associação, partidos, sindicatos, cooperativas e todas as organizações associativas para a promoção de transformações sociais, econômicas e políticas (SINGER, 2018). O autor destaca as cooperativas cujos princípios impregnados na sua identidade têm origem histórica numa cooperativa de operários em 1848, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, com mudanças por meio de reformulações feitas nos quadros da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) nas décadas de 30, 60 e 90 do século XX, no entanto, não romperam com sua matriz inicial, uma soma do movimento cooperativo com o movimento operário. Recentemente, em 1995, a ACI textualizou os valores cooperativos “autoajuda, responsabilidade individual, democracia, igualdade, equidade e

solidariedade. Fiel à tradição dos fundadores, os membros das cooperativas assumem os valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e altruísmo” (SINGER, 2018, p. 99).

Na economia solidária, uma das principais características organizativas é a autogestão. Segundo Daniel Mothé (2009), a autogestão é um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Na democracia direta, os cidadãos debatem questões importantes em assembleias, sem intermediários, diferentemente da democracia representativa, que elege mandatários remunerados incumbidos de representá-los em instâncias decisórias, sendo uma forma atenuada de autogestão. Para Mothé, a autogestão se dá de forma integral na democracia radical, o que chama de forma ampliada de autogestão, onde todos os cidadãos podem e devem debater e votar sobre leis e regras administrativas que lhes digam respeito; como consequência, o cidadão teria seu poder aumentado, e a margem de manobra de seus representantes também estaria reduzida.

O conceito aparece em 1950 pelo partido comunista iugoslavo, atraindo a participação dos cidadãos depositários de conhecimentos técnicos, pensando assim em modernizar o país. Mais tarde, o sentido de autogestão aparece na década de 1960, opondo-se ao regime stalinista e voltando-se a Marx, e ao socialismo na sua origem. O termo autogestionário teria também ação dos empresários, agindo nas cooperativas operárias de produção, nas associações e em comunidades, instituindo formas de democracia direta sem participar dos debates ideológicos. No início do século XX, o trabalho manual deixou de ser considerado só uma força, o entendimento passou a ser outro; assim, na década de 1970, o conhecimento prático dos assalariados passou a ser indispensável para melhorar os processos de produção. Experiências de grupos autônomos de produção substituíram o trabalho em linha de montagem. O indivíduo passou a ser valorizado. A relação de gabinete foi substituída pela participação dos usuários na solução de seus problemas, isto como exemplo do que se buscava. E, no século XXI,

foi identificado o conceito de coletivo autogestionário. Os princípios individualistas liberais reconhecendo o indivíduo como cidadão soberano (MOTHÉ, 2009, p. 26-28).

As organizações autônomas, ou práticas autônomas dos trabalhadores, são identificadas de diferentes formas organizativas durante o século XIX como resistência ao sistema capitalista. As associações, sociedades mutualistas, organizações cooperativas de consumo e produção demonstram práticas concretas de “auto-organização” com intenção de uma nova estruturação de realidade social. Propostas de unificação das lutas e reforço dos laços de solidariedade de classe ampliando objetivos econômicos. A autogestão aparece como associações operárias em que há a supressão da competição pela solidariedade, da fragmentação e da passividade substituída por coletividade e atividade. A emancipação social é vislumbrada por meio desses “organismos de coalizão pelos trabalhadores”, então, o que seria um meio passa a ser transformado em fim, ou seja, é refundar a vida social baseada na solidariedade.

## **5 Outra economia. Uma economia substantiva enraizada na sociedade**

Para além das características organizacionais das atividades econômicas, temos uma importante contribuição para a reflexão sobre a economia a partir das contribuições teóricas de Karl Polanyi. O pensamento de Polanyi tem sido uma importante referência para teóricos da economia solidária. Um deles é o argentino José Luis Coraggio.

Para analisar as economias alternativas e a economia solidária, Coraggio (2012) propõe uma teoria sobre a realidade econômica, com base em investigações antropológicas, históricas e políticas. Parte de duas concepções a respeito do econômico: a concepção hegemônica na sociedade moderna, que ele denomina “economia formal”; e uma concepção mais universal, que denomina “economia substantiva”, considerando os sistemas de princípios, as instituições e as práticas econômicas.

A partir da existência de diferentes formas de organização em diferentes sociedades, as práticas econômicas também são diferenciadas e assim abrem espaço para uma aproximação entre economia e cultura,

ou para a necessidade de imbricamento da economia na sociedade e na cultura.

Coraggio identifica dois princípios que orientam a economia na sociedade. Um é o princípio da liberdade individual irrestrita, e o outro o do desenvolvimento da vida com o reconhecimento do outro. O neoliberalismo propõe que cada indivíduo deva ser uma entidade isolada e vê os outros como recurso ou como obstáculo. Por outro lado, no que Coraggio define como "economia substantiva", predomina o princípio do reconhecimento do outro e de verdadeira garantia da reprodução da vida (CORAGGIO, 2012, p. 26).

Este entendimento sobre as diversas abordagens sobre o econômico também está presente nas reflexões de Genauto França Filho, um dos principais teóricos da economia solidária no Brasil. Genautotem abordado o tema da economia solidária a partir da tradição do pensamento francês da teoria da dádiva, da reciprocidade, de Marcel Mauss e do Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais, e da economia plural de Jean Louis Laville. Em um texto recente, o autor (FRANÇA FILHO,

2019) procura articular o debate que envolve "Economia e Desenvolvimento" a partir desta visão de economia.

Tema complexo, recheado de apropriações históricas nas quais são expressões correntes que o uso rejeita inconscientemente essa variedade de significados. Em geral, a palavra "economia" está carregada de um significado específico, que se conhece como racionalidade mercantil. Portanto, e não poderia ser de outra forma, pois somos iludidos pela lógica predominante do pensamento econômico, o desenvolvimento estaria ligado a este significado econômico. França Filho parte do pressuposto de que o modo como analisamos e interpretamos o econômico pode contribuir para a compreensão da diversidade de práticas e visões do desenvolvimento. Desse modo, repensar alternativas sustentáveis de desenvolvimento conduz a repensar paradigmas de compreensão acerca do que é o econômico. Como objetivo, propõe refundar as bases de compreensão do que é o econômico para propor novas possibilidades de sustentabilidade no desenvolvimento. O desenvolvimento e o território



devem ser pensados a partir de uma dependência entre si, pensar o crescimento econômico num determinado espaço territorial e uma distribuição equitativa naquela sociedade (FRANÇA FILHO, 2019, p. 16).

A crise econômica, e, portanto, social e política dos anos 1980 e 1990 possibilitou observarmos a emergência de preocupações que exigiram uma qualificação do debate do desenvolvimento; é o que está presente, por exemplo, nas concepções de desenvolvimento sustentável, de ecodesenvolvimento, de desenvolvimento local. Percebe-se que o conceito de desenvolvimento local aparece como uma forma de resposta aos problemas causados pela crise na década de 70 e posteriormente em 90, pelas correntes neoliberais, princípios economicistas e pela desregulação do mercado. Os modelos (de economia, de industrialização, de tecnologias, de ensino, etc.) de que eram portadores, em vez de promoverem processos de autonomização e desenvolvimento, colocavam uma série de problemas, nomeadamente: a) ignorar as necessidades efetivamente sentidas

pelas comunidades locais, bem como os seus recursos e capacidades; b) desprezar os seus valores, identidades e saberes, considerando-os primitivos e subdesenvolvidos; c) estimular a dependência e a subordinação em relação “ao que vem de fora”; d) criar novos problemas (econômicos, sociais, culturais e ambientais) (AMARO, 2009, p. 109 *apud* FRANÇA FILHO, 2019, p. 23). Nasce aí o paradigma de um desenvolvimento a “partir de baixo”, endógeno, e posteriormente a proposta de que o equilíbrio se daria entre forças “de fora” e “de dentro”. No entanto, o autor se pergunta se o desenvolvimento local estaria condenado a ser um amortecedor ou uma possibilidade de repensar outras formas de globalização.

Para tanto, é importante considerar que existem tensões e contradições entre os processos locais e territoriais de desenvolvimento e o processo de globalização econômica. Nesta questão, Genauto faz referência à financeirização da economia. Termo que significa um deslocamento econômico e uma subordinação das bases produtivas da economia ao mundo das finanças.

Com o surgimento do capitalismo, o mercado autorregulado foi o fator desencadeador da “grande transformação” na sociedade, quando, então, a economia de mercado se impôs, o mercado buscou se desenraizar das relações sociais, políticas e culturais. Portanto, para Polanyi, a grande questão diz respeito ao processo de enraizamento ou incrustação (*embeddedness*) da economia na sociedade e à grande transformação operada pela economia de mercado.

A indissociabilidade entre o econômico e o social constituiu a norma da organização da vida em sociedade, ao longo da história, pelo simples fato de não se conhecer sistema econômico algum que fosse independente ou que não estivesse submetido às próprias regras elementares da vida social (Polanyi, 2012). É o fenômeno do enraizamento do econômico no social.

Em contradição às definições de economia formalística, Polanyi têm a definição substantiva do econômico, a partir de estudos de diferentes sistemas de organização. Ao longo da história, o significado substantivo provém da flagrante dependência do

homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver. Ele sobrevive graças a uma interação institucionalizada com o meio natural; isso é economia, que lhe fornece os meios de satisfazer suas necessidades materiais (POLANYI, 2012, p. 63, *apud* FRANÇA FILHO, 2017, p.47).

É neste sentido que se deseja o entendimento de que é improvável a reprodução das condições de existência ou que a sociedade sobreviva “desenraizada ou deslocada da economia”. A economia se institui na diversidade da vida em sociedade. Polanyi (1980) apresenta ainda três princípios de comportamento econômico, são eles: reciprocidade, redistribuição e troca. O importante é considerar que este aporte conceitual de Polanyi auxilia na análise de experiências econômicas da cultura comunitária e popular. Para tanto, a cultura não pode ser vista como um fato econômico, pois o próprio econômico deve ser visto como algo incrustado ou enraizado na cultura.

## **6 A dimensão econômica solidária de experiências culturais em Santa Catarina**

Abordamos cada uma das experiências culturais enquanto forma de organização econômica, identificando elementos que aproximam a dimensão econômica da cultura na perspectiva da economia solidária. Neste sentido, vamos nos concentrar na observação de algumas categorias: autogestão, dimensão coletiva e cooperativa, horizontalidade organizativa e geração de renda. Tais categorias devem ser vistas como expressões das contradições de uma economia substantiva, inseridas numa sociedade hegemônica por relações mercantis.

### **6.1 Coletivo de Teatro (Grupo Teatro em Trâmite/Centro Cultural Casa Vermelha)**

O coletivo pesquisado está localizado na ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis, e foi pesquisado durante o mês de maio a junho de 2019. Nosso primeiro contato foi com o fundador do coletivo e gestor do espaço cultural. O coletivo atua no espaço Micro Centro Cultural Casa Vermelha, localizado na região central

de Florianópolis, sediado na parte histórica da cidade, um conjunto arquitetônico açoriano. A gestão do espaço é do Grupo Teatro em Trâmite, atualmente formado por quatro integrantes. O Grupo Teatro em Trâmite foi fundado em 2004, por, na época, estudantes do curso de Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O Grupo surgiu com o objetivo de pesquisar mais sobre a dramaturgia, espaço e interpretação. Buscavam a experiência em espaços cênicos não convencionais.

Com o objetivo de dialogar com as linguagens e experiências de outros grupos, surge a necessidade de ter um local para receber e oferecer pequenas apresentações, além de construir um espaço que pudesse se integrar ao programa Cultura Viva, o Grupo Trâmite inaugurou, em 2013, a Casa Vermelha. Em seguida, conquistaram a chancela de Ponto de Cultura: no ano de 2015, o espaço cultural foi reconhecido por meio do Cadastro Nacional de Pontos de Cultura, como Ponto de Cultura.

A Casa Vermelha consegue se manter pelas contribuições dos participantes, pelos investimentos nas

mensalidades dos alunos, pelos ingressos e público em geral. Cabe salientar que os preços das apresentações são populares e acessíveis. Durante as entrevistas (cf. FREITAS, 2020)<sup>3</sup>, ficou evidente que os participantes se identificam e se reconhecem como experiência cultural coletiva no desenvolvimento das diversas atividades. Assim, o coletivo se organizou da seguinte forma: iniciou com o Grupo Trâmite em 2004, conquistou o espaço Micro Centro Cultural Casa Vermelha em 2013. Nesse espaço, das aulas de teatro, surgiu o grupo "O Bando", que pretende absorver alunos da Casa Vermelha. E também um Conselho não formalizado está na estrutura do coletivo. O Conselho é formado por pessoas da mesma área profissional que transitam no espaço e que dialogam compartilhando ideias. Foi uma forma que o Grupo Trâmite encontrou de agregar pesquisadores, voluntários, apoiadores e parceiros. Em entrevistas com os diferentes integrantes, foi identificado o grupo

Bando como fruto de um projeto especial da Casa. Para o entrevistado, o Grupo Bando tem uma característica especial, que integra a estética do coletivo compartilhando a mesma pesquisa; desde o início, há um comprometimento que extrapolou os limites da sala de aula. Ele também vê como uma forma de absorver a comunidade, pois são moradores de diferentes bairros, mas que usufruem dos serviços do centro da cidade de Florianópolis enquanto espaço urbano mais amplo, com histórias de vida diferentes, porém, com interesses muito parecidos.

O Grupo Teatro em Trâmite, Casa Vermelha, Grupo Bando e Conselho possuem diferenças nas funções, mas cooperam no objetivo de manter o espaço cultural, de manter o coletivo, formam um grupo com dimensão coletiva e cooperativa, de horizontalidade organizativa.

a) Autogestão/participação, dimensão coletiva e cooperativa, horizontalidade organizativa

As reuniões com os integrantes do coletivo acontecem às segundas-feiras. Segundo o entrevistado (1) (cf. FREITAS, 2020), o processo é

---

<sup>3</sup> Todas entrevistas mencionadas neste artigo são aquelas realizadas no âmbito da pesquisa de mestrado de Carolina Freitas (2020), cuja dissertação consta nas referências.

participativo, consistindo em diálogo construído a partir das ideias propostas por todos, com decisões construídas coletivamente, em que todos podem argumentar e decidir juntos. O que mais interessa não são somente os resultados, mas a maneira de organização para as conquistas do coletivo.

O coletivo se fortalece nesse contexto da interação, da rede, do movimento em parcerias, enriquece o processo de identidade enquanto coletivo e abre possibilidades de trabalhos, geração de renda e enfrentamento das dificuldades do mercado de trabalho.

Um grupo de teatro é uma organização complexa, possui divisão de trabalho, o Trâmite faz a gestão do Grupo, mas também do espaço Casa Vermelha. A diferença do Grupo Trâmite está na prática da gestão coletiva. Os princípios econômicos não estão voltados para o resultado, há uma ênfase no processo, no envolvimento, na participação, aderente aos princípios de organização de um empreendimento solidário. O coletivo da Casa Vermelha se define pela negação ao capitalismo, embora reconheça, e não negue, o

contexto em que está envolvido. Não estão interessados em lucrar, sem minimizar a necessidade em gerar renda para o coletivo.

b) Geração de renda, distribuição dos resultados

Analisando o conteúdo das entrevistas (cf. FREITAS, 2020), entendemos que, para manter as atividades funcionando, a Casa Vermelha é responsável pelos custos de manutenção de equipamentos técnicos, luz, ar condicionado, pintura, equipamentos de segurança, água e o aluguel. Os professores/oficineiros que ministram as aulas e oficinas não recebem pagamento, os recursos recebidos são destinados à Casa Vermelha, principalmente para o aluguel do espaço. Os recursos para manter o Centro Cultural Casa Vermelha provêm das atividades realizadas no espaço, as aulas, os eventos e as apresentações; mas ficou claro que, para o pagamento do aluguel, o custo mais alto do mês, a principal fonte, são as aulas. Por necessidade em ter um salário fixo, os integrantes desempenham outras atividades, como ser professor de artes no sistema de ensino tradicional.

O dilema em que vivem reflete a precarização do trabalhador enquanto ator. Não há um equilíbrio entre o serviço de professor e o trabalho de artista, dupla condição, educador e artista, dar aulas e apresentar espetáculos. Os integrantes do coletivo oferecem seus serviços basicamente para organizações públicas, não estão no mercado privado ou no circuito marcado pela indústria cultural.

O dilema enfrentado pelo artista é uma histórica tensão entre a arte e a economia; a economia no sentido restrito, identificada como a própria do sistema capitalista que visa ao lucro. Esses valores que se contrapõem – pois a arte é identificada com valores simbólicos, imateriais e também materiais – à própria questão econômica.

c) Articulação com movimentos (cultura e economia solidária), articulação com políticas públicas

Segundo o fundador do Grupo Trâmite, há sempre articulação com outros coletivos, movimentos que representam e fortalecem o setor teatral. Ele faz parte da Federação Catarinense de Teatro (FECATE), pela

terceira vez como membro da diretoria, além de envolver-se nas ações, debates e discussões com a Setorial de Teatro de Florianópolis. Isto mostra a participação do coletivo em esferas mais amplas, com objetivos de se fortalecerem e enfrentarem a lógica do mercado.

Importante trazer o trabalho desenvolvido pela FECATE, uma associação sem fins lucrativos que tem como função agregar diversas iniciativas, com objetivo de expandir e fortalecer o teatro catarinense. A frente da defesa dos direitos culturais mobiliza e atua como articuladora de uma rede de entidades, coletivos, pessoas, grupos, movimentos e companhias teatrais.

Cabe destacar a semelhante proposta da FECATE e da Cooperativa Paulista de Teatro (CPT), que afirmam a necessidade do processo associativo para o fortalecimento do setor teatral. Segundo a pesquisadora Laura Haddad (2018), a CPT pode ser caracterizada antes de tudo como uma grande agregadora de grupos e de produção cultural, uma organização fundada em 1979, em pleno período militar, hoje com 39 anos de história, que teve como objetivo criar condições

para o exercício de atividades de seus associados. A CPT tem como propósito que seu cooperado se “reconheça como ente participativo da sociedade e que possa respeitar e valorizar a diversidade e a importância da força coletiva da comunidade artística que pertence” (HADDAD, 2018, p.32). Para isto, cabe destacar a proposta do trabalho cooperativo de articulação e mobilização como um dos fundamentos da economia solidária.

## **6.2 Coletivo de artesanato urbano (Empreendimento Enlourescer)**

O coletivo pesquisado está no município de Blumenau. A Associação de Familiares, Amigos e Usuários do Serviço de Saúde Mental de Blumenau Enlourescer foi fundada em 1998 e atua com trabalhos de reabilitação psicossocial e integração comunitária. Com o objetivo de inclusão social, sua principal defesa é por serviços públicos de saúde que não excluam as pessoas com sofrimento psíquico do seu convívio social.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas na Grã-Bretanha por Ronald Laing e David Cooper. Com a experiência Pavilhão 21, eles

questionaram a intervenção clínica psiquiátrica. Mais tarde, na Itália, Franco Basaglia implementou a Reforma Psiquiátrica. No lugar do hospital psiquiátrico, dos hospícios, propôs novas estratégias de cuidado com o sujeito em sofrimento mental, assim, novos dispositivos foram inseridos, entre eles, ateliê de artes, centro de cultura e lazer, oficinas de geração de renda, residências assistidas, cooperativas de trabalho, entre outros.

Segundo as pesquisadoras Faria e Schneider (2009), como construção política e social complexa, a Reforma Psiquiátrica tem avançado com iniciativas legislativas, políticas governamentais, universidades e importantes instituições; mas, uma das principais ferramentas deste processo é o aumento da rede dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Os CAPS têm um papel estratégico como ponto articulador da Rede de atenção psicossocial, por ser ao mesmo tempo acolhedor e gerador de autonomia, com o objetivo de levar o usuário ao protagonismo do seu tratamento, uma estratégia na produção da saúde mental, que se articule de forma coletiva, comunitária e territorial.

No Brasil, a luta pela reforma psiquiátrica nasceu com o Movimento da Reforma Sanitária na década de 1970; em 1987, tem origem a criação do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial. Foi a partir da Lei 10.216/2001, considerada a Lei da Reforma Psiquiátrica no Brasil (BRASIL, 2001), que surgiram diferentes ações para o enfrentamento dos desafios para a implantação da rede de serviços em saúde mental visando o tratamento em liberdade. O tema saúde mental e economia solidária tem se articulado como uma política pública intersetorial de inclusão social pelo trabalho. Um tema relativamente novo no Brasil, que teve como marco principal para a política intersetorial a I Oficina Nacional de Experiências de Geração de Renda e Trabalho de Usuários de Serviços de Saúde Mental, realizada em 2004, por meio do Ministério da Saúde – Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, e do Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Dois importantes dispositivos são criados, a Rede Brasileira de Saúde Mental e Economia Solidária e o Cadastro de

Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho.

Reconhecida pelo trabalho solidário, a Associação já foi premiada como referência em práticas de economia solidária pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2015. Com cinquenta e dois associados, entre usuários do CAPS, familiares e amigos, orienta-se pelos princípios da economia solidária, como autogestão, cidadania, comércio justo e solidário. É assessorada pelo Programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau – ITCP/FURB. São diversas atividades culturais desenvolvidas como: artesanato, teatro, brechó, customização, cerâmica, tear, e a participação em feiras como uma das formas de geração de renda.

a) Autogestão/participação, dimensão coletiva e cooperativa, horizontalidade organizativa

Com um cronograma de atividades durante a semana toda, os associados, frequentam as oficinas de inclusão digital, pintura em tela,



cerâmica, teatro e artesanato. Para não fugirem do foco da Associação, realizam grupo de mútua ajuda, especificamente terapêutico, como uma forma de assistência para as subjetividades próprias do transtorno. Também participam das reuniões administrativas.

A Enlourescer surgiu como forma de lutar pelos direitos dos associados, são conquistas como direito ao transporte público, alimentação, proteção social e renda como forma de inclusão socioeconômica de pessoas que buscam na economia solidária, não a renda "em si", mas a inclusão socioeconômica como forma de vida.

Perguntando para os entrevistados (cf. FREITAS, 2020) como se relacionam, como as decisões são tomadas e de que forma resolvem os problemas, não houve dúvidas nas respostas: o coletivo trabalha em reuniões, as decisões são por meio da votação, onde o grupo todo deve participar e ser ouvido. O coletivo demonstra preparo para o objetivo com o qual se comprometem, a proposta de autogestão.

Se existem divergências, o grupo aproveita como possibilidade de

exercitar a comunicação entre si. Uma conversa entre o coletivo, para que todos possam compreender o que está acontecendo e, assim, aprendem como agir numa situação parecida. Desta forma, o grupo todo pode se fortalecer e se ajudar, podendo ser uma situação pessoal ou referente ao próprio coletivo. Interessante salientar que, durante as entrevistas (cf. FREITAS, 2020), os entrevistados não optaram por um lugar reservado. Ao contrário, tudo foi tratado de forma muito transparente, com o objetivo de compreensão e participação de todos.

A parceria com as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) nas universidades e institutos federais é mais um exemplo das conquistas das políticas implementadas. As ITCPs possuem grande atuação em formação, orientação e informações aos empreendimentos de geração de trabalho e renda para os usuários da rede de saúde mental. O trabalho das ITCPs consiste em conduzir os empreendimentos com base na interface da economia solidária e da saúde mental, orientando, trazendo os conceitos das práticas solidárias e

ajudando na elaboração de projetos de geração de trabalho em renda.

Por exemplo, a oficina de teatro foi uma decisão de inserir no cronograma de atividades uma proposta de trabalhar a inclusão social dos associados em diferentes espaços. O teatro faz parte do processo de economia solidária. No início, quando começaram a fazer parte da incubação pela FURB/ITCP, fizeram uma reflexão em grupo sobre gerar renda ou inclusão social, assim, optaram pela oficina de teatro, porque pode contemplar os dois objetivos, mas o principal é a inclusão social. Os associados conseguem estar em diferentes espaços comunitários mais independentes, por isto, a importante possibilidade de inserção em diferentes espaços e também de romper com a "incapacidade, da pessoa não ser capaz" (Entrevistado 1, 2019; cf. FREITAS, 2020).

Importante entender a luta pelo reconhecimento e valorização, uma outra forma de mostrar o que querem é na maneira como desejam ser reconhecidos. No CAPS, são chamados de usuários do CAPS, mas na Associação não aceitam serem chamados por usuários, e querem ser

chamados por associados. Para eles, uma condição de reconhecimento, emancipação e autonomia.

Os associados definem a Enlourescer como a porta de saída do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O principal objetivo do coletivo é resgatar o convívio em cidadania, para isto o caminho é a associação de reabilitação Enlourescer. Como avanços, os associados apontam a autonomia, a independência e a possibilidade de serem reconhecidos na sociedade. Para eles, que têm transtornos psíquicos, enfrentar o dia a dia, a dinâmica da sociedade é uma tarefa difícil, por isto, a importância do coletivo, que funciona como uma "alavanca"; de mãos dadas conseguem juntos, com mais segurança. A amizade que construíram no coletivo, a doação dos voluntários, também contribuem. Dessa forma, eles encaram a terapia com a certeza de que estão cada vez melhores, e de que, portanto, se ajudar é ajudar o colega, é uma rotina do convívio saudável.

b) Geração de renda, distribuição dos resultados

O artesanato é o principal produto comercializável que o coletivo desenvolve. Entre eles, é conhecido como grupo de “geração de renda”. A produção é comercializada nas feiras de economia solidária, que acontecem na FURB, na feira no bairro Fortaleza, e os produtos podem ficar expostos na Vitrine da Economia Solidária, loja/espço que funciona como projeto da economia solidária da ITCP/FURB.

Durante as aulas de cerâmica, conseguiram desenvolver o “carro-chefe”, o difusor de ambiente, o principal produto, após dois anos de pesquisa, com auxílio de profissionais, é o produto mais vendido nas feiras artesanais. Com apelo visual, para que as pessoas quisessem comprar, com baixo custo de produção.

O recurso arrecadado com as vendas é dividido pelo grupo participante da oficina, independente do “desempenho” da produção, se o associado estava no grupo e participou ele vai receber, como fala o entrevistado “por exemplo, no papel tem uns que só picam papel, não tem aquela habilidade, mas veio, ele recebe” (cf. FREITAS, 2020). O recurso recebido representa o

reconhecimento, a confiança e o incentivo em participar das atividades.

A comercialização é feita nas feiras e trabalham com encomendas. O período de fim de ano, no Natal, é um exemplo, já sabem que vão receber pedido de empresa para presentear funcionários. No entanto, perguntado se eles querem mais espaços para vender os produtos, a resposta foi que o objetivo não é a lógica do mercado, para vender devem produzir mais e este não é o objetivo.

c) Articulação com movimentos (cultura e economia solidária), articulação com políticas públicas

Além das atividades exercidas para manutenção do coletivo, está também o processo ativo de mobilização e articulação com outros coletivos, isto inclui a Rede de Saúde Mental, Rede e Fórum de Economia Solidária, Coletivos da Economia solidária, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Entorpecentes, a participação e organização no Dia Nacional da Luta Antimanicomial para debater políticas de saúde com o objetivo de conscientizar a população para que as pessoas em sofrimento mental sejam

re-inseridas na sociedade. Além da participação em núcleos como o Centro de Defesa de Direitos Humanos, estão articulados com movimentos como o Grito dos Excluídos promovido pelo Fórum dos Trabalhadores e o Conselho Municipal da Juventude.

O trabalho de formação e de orientação ao coletivo Enlourecer é evidente, e por esta formação os associados sabem o valor em participar ativamente dos debates, encontros e articulações em rede de saúde mental e economia solidária. Existe um cuidado entre os associados de não deixar as políticas serem transformadas apenas numa mudança de modelo assistencial, por isso estão lutando por meio do direito ao trabalho, direito à condição de cidadão e pela conquista da autonomia.

## 7 Considerações finais

O texto apresentou a dimensão econômica solidária na Política Nacional Cultura Viva. Como política pública, apresentou o fomento à “economia viva”, as estratégias de organização em redes de cooperação da produção cultural, identificadas no Edital Economia Viva. Como

referencial teórico, apresentou o surgimento da economia solidária, a dimensão autogestionária e coletiva das organizações econômicas e uma economia substantiva enraizada na sociedade. Por fim, apresentou a dimensão econômica solidária de experiências culturais em Santa Catarina.

## Referências

BRASIL. *Lei 10.216 de 2001*, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm). Acesso em 02 mar. 2024.

BRASIL. *Lei n. 12.343 de 2010*, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm). Acesso em: 02 mar. 2024.

BRASIL. *Lei n. 13.018 de 2014*, que institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm). Acesso em: 02 mar. 2024.

CORAGGIO, José Luis. ¿Qué es lo económico y que es otra política? In: LIANZA, S., HENRIQUES F. C. (orgs.).

*A Economia Solidária na América Latina*: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ, 2012. p. 21-45. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/livro\\_vers\\_o\\_digital.pdf](https://base.socioeco.org/docs/livro_vers_o_digital.pdf). Acesso em: 02 mar. 2024.

DOWBOR, Ladislau. Economia Solidária: novos paradigmas culturais. In: SERRA, Neusa; FARIA, Hamilton (orgs.). *Economia Solidária da Cultura e Cidadania Cultural*: desafios e horizontes. São Bernardo do Campo/SP: EdUFABC, 2016.

FARIA, Jeovane Gomes de; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. O perfil dos usuários do CAPSad-Blumenau e as políticas públicas em saúde mental. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 03, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. *Gestão do Desenvolvimento Territorial. Economia e Desenvolvimento*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2019.

FREITAS, Carolina Gonçalves de. *A Dimensão econômica solidária de experiências culturais no estado de Santa Catarina*. [Mestrado em Desenvolvimento Regional]. Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.

FREITAS, Carolina G. de; SCHIOCHET, Valmor. A dimensão econômica na política nacional de cultura: uma aproximação com a economia solidária. *PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói/RJ, v. 11, n. 21, p. 229-255, set. 2021.

HADDAD, Laura Inês Sada. *Cooperativa Paulista de Teatro*: modelo de gestão cultural como processo intrínseco de formação artística e política do cooperado. [Mestrado em Pedagogia do Teatro]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MIGUEZ, Paulo. Os Estudos em economia da cultura e indústrias criativas. In: KIRSCHBAUM, Charles *et al.* (coord.). *Indústrias Criativas no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009.

MIGUEZ, Paulo. Cultura, diversidade cultural e desenvolvimento. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz *et al.* *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 362-387. Disponível em: [file:///G:/Meu%20Drive/MINC/Um%20olhar%20territorial%20sobre%20o%20desenvolvimento\\_2014\\_P.pdf](file:///G:/Meu%20Drive/MINC/Um%20olhar%20territorial%20sobre%20o%20desenvolvimento_2014_P.pdf). Acesso em: 21 abr. 2024.

MINC – Ministério da Cultura (Brasil). *Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004*. Cria o Programa Cultura Viva. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília/DF. Seção 1. Jul. 2004. Disponível em: [https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/normativos/Portarian156\\_06.07.2004ProgramaCulturaViva.pdf](https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/normativos/Portarian156_06.07.2004ProgramaCulturaViva.pdf). Acesso em: 14 abr. 2024.

MINC – Ministério da Cultura (Brasil). *Edital de divulgação n. 8, de 9 de março de 2010*. Processo de Seleção do Prêmio Economia Viva. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília/DF, n. 47, p. 14-16, 11 mar. 2010. Seção 3. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt->

br/arquivos/do-11-03-2010-s3.pdf.  
Acesso em: 02mar. 2024.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil). *I Conferência Nacional de Economia Solidária da Cultura*. Osasco. SP, 24 e 25. nov 2010:

<http://www.portodecultura.com.br/novo/portofolio/livro-i-conferencia-nacional-deeconomia-solidaria-da-cultura.html>  
Acesso em: 21 de mar 2019.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SCHIOCHET, Valmor. Da democracia à autogestão. Economia Solidária no Brasil .In: BENINI, Édi *et al.* (orgs.). *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. *Estudos Avançados*, 18 (51), 2004.

SINGER, Paul. *Ensaio sobre Economia Solidária*. Coimbra: Editora Almedina, 2018.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo pra cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

VILUTIS, Luana. *Economia Viva: Cultura e Economia Solidária no*

*Trabalho em Rede dos Pontos de Cultura*. [Doutorado em Cultura e Sociedade]. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30703/1/Tese\\_LuanaVilutis\\_UFBA.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30703/1/Tese_LuanaVilutis_UFBA.pdf). Acesso em: 14 abr. 2024.